

Literacia mediática e cidadania: uma relação garantida?

Lopes, Paula

Veröffentlichungsversion / Published Version
Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

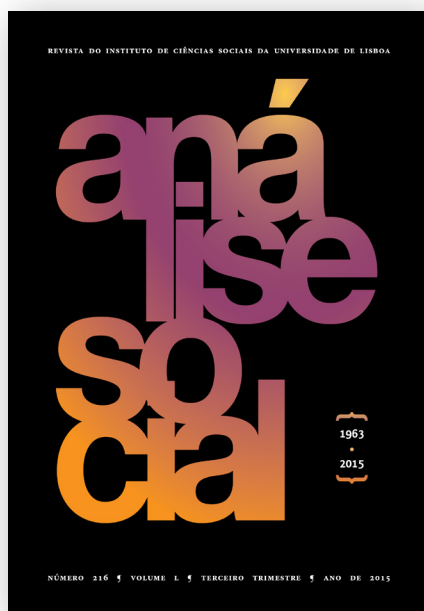
Lopes, P. (2015). Literacia mediática e cidadania: uma relação garantida? *Análise Social*, 216, 546-580. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-61828-8>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY Lizenz (Namensnennung) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:
<https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY Licence (Attribution). For more Information see:
<https://creativecommons.org/licenses/by/3.0>



PAULA CRISTINA LOPES

Literacia mediática e cidadania: uma relação garantida?

Análise Social, 216, 1 (3.º), 2015

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



Literacia mediática e cidadania: Uma relação garantida?

Desde os anos 80 do século xx que a relação entre literacia mediática e cidadania tem vindo a ser claramente assumida não só no discurso político, mas também no académico. De forma simples (por vezes, até simplista), burocratas e investigadores têm considerado que, estando reunidas as “condições” de base no que à literacia mediática diz respeito (mais competências de literacia mediática), os indivíduos irão alterar as suas práticas de cidadania: serão melhores cidadãos. Este texto resulta de uma investigação desenvolvida, entre 2009 e 2013, no CIES-IUL, e os resultados mostram que a relação entre competências de literacia mediática e práticas de cidadania se revela pouco – ou mesmo nada – significativa.

PALAVRAS-CHAVE: literacia mediática; competências de literacia mediática; cidadania; práticas de cidadania.

Media literacy and citizenship: A guaranteed relationship?

Since the 1980s of the 20th century the relationship between media literacy and citizenship has been included in political and academic discourses. In a simplistic way, bureaucrats and researchers have long recognized that with basic media literacy skills and competencies, individuals will change their citizenship practices: they will be better citizens. This paper summarizes some results of research developed between 2009 and 2013 in CIES-IUL, and show that the relationship between media literacy competencies and citizenship practices was insipid – or even non-existent.

KEYWORDS: Media literacy; media literacy skills and competencies; citizenship; citizenship practices.

PAULA CRISTINA LOPES

Literacia mediática e cidadania: uma relação garantida?

INTRODUÇÃO

Sem grande controvérsia, a literacia mediática – a “capacidade de aceder aos *media*, de compreender e de avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos *media* e dos seus conteúdos, e de criar comunicações em diversos contextos” (União Europeia, 2007) – tem vindo a ser afirmada como “condição essencial para o exercício de uma cidadania ativa e plena”, como “fator importante para uma cidadania ativa” (União Europeia, 2009). Mas existirá evidência empírica robusta que prove tal relação?

A hipótese de que a literacia mediática dos cidadãos tem impacto relevante nas suas práticas de cidadania foi submetida a investigação rigorosa em “Literacia mediática e cidadania. Práticas e competências de adultos em formação na Grande Lisboa”. A operacionalização da pesquisa teve por base uma estratégia metodológica quantitativa-extensiva, envolvendo a aplicação de um inquérito por questionário (instrumento de avaliação de práticas) e de uma prova de literacia mediática (instrumento de avaliação de competências) a uma amostra de cerca de 500 estudantes adultos, a frequentar ações de Educação e Formação de Adultos (EFA) e cursos de licenciatura, mestrado integrado ou mestrado, na Grande Lisboa, no ano letivo 2011-2012.

No questionário, o recurso a um conjunto de indicadores relacionados com as representações sociais de cidadania, a integração e participação política, profissional, social e cívica, a automobilização política e cívica, o interesse pela política e o autoposicionamento político permitiu a operacionalização das práticas de cidadania nesta investigação.

A prova de literacia mediática – concebida em fases, partindo de três domínios operacionais de processamento da informação (conhecer e compreender, avaliar criticamente, criar para comunicar), para as dimensões de análise (técnica, crítica, criativa) e as operações de processamento, e daí para os suportes (classificados segundo o formato, o meio de origem e o tipo de

informação) e as tarefas (localizar e identificar, integrar e interpretar, avaliar e refletir, gerar) –, é constituída por 20 questões (em rigor, exercícios ou tarefas). Os *itens* que integram este instrumento original de medição de competências de literacia mediática foram analisados, em termos de discriminação e de dificuldade, segundo a Teoria Clássica dos Testes e a Teoria da Resposta ao *Item*, em colaboração com Patrícia Costa, investigadora do Joint Research Centre, da Comissão Europeia. Esta análise demonstrou a quase totalidade dos *itens* são discriminativos, não se tendo verificado diferenças significativas na análise com recurso às duas abordagens.

Nas próximas páginas revelam-se alguns resultados da investigação, particularmente quanto a práticas de cidadania e a competências de literacia mediática.

CIDADANIA

O CONCEITO DE CIDADANIA

O conceito de cidadania tem-se tornado uma espécie de rótulo, “multiplicado por variados e contraditórios significados” (Pais, 2005, p. 53), estando muito presente nos discursos político, académico e mediático, particularmente nas últimas três décadas. Como o desenvolvimento etimológico do conceito demonstra, não existe uma, mas várias e distintas formas de cidadania (Turner, 1990; Inglehart, 1997; Norris, 2002; Menezes, 2002 e 2005). Em rigor, a cidadania não se traduz somente num sentimento de pertença a uma comunidade e num rol mais ou menos enumerável de direitos e deveres (plano da normatividade). Esta deve-se afirmar como um conjunto de práticas e de competências individuais, do cidadão, isto é, como participação (plano da agência).

O conceito de cidadania emerge, neste sentido, da conjugação de três componentes (Bellamy, 2008): pertença a uma comunidade política democrática (*cf.*, por exemplo, Touraine, 1994; Mozzicafreddo, 1997; Schnapper, 1998; Mouzelis, 2008), um conjunto de direitos e deveres associados a essa pertença (*cf.*, por exemplo, Marshall, 1950-2009; Espada, 1997; Morgado, 2010), a participação nos processos políticos, económicos e sociais dessa comunidade (*cf.*, por exemplo, Kaase, 1984; Barbalet, 1989; Turner, 1993; Schnapper, 1998; Cabral, 2000; Saull, 2002; Welzer, Inglehart e Deutsch, 2005; Morgado, 2010).

RESULTADOS

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CIDADANIA

As representações sociais de cidadania foram operacionalizadas através de indicadores presentes e testados na primeira edição do European Social Survey

(ESS)¹, em 2002, (Grupo E: Cidadania, Associativismo e Democracia) e na edição de 2004 do International Social Survey Programme² (módulo: cidadania). Consideraram-se 11 afirmações do que se deve fazer para se ser um bom cidadão, medidas numa escala de 1 (nada importante) até 10 (muito importante).

A partir das respostas dadas pelos alunos realizou-se uma análise de componentes principais (Quadro 1). Os resultados revelam que as conceções acerca do que significa ser um bom cidadão podem ser agrupadas em quatro componentes ou dimensões: solidariedade (ajudar as pessoas que vivem pior, colaborar com organizações de voluntariado), ordem social (nunca tentar fugir aos impostos, obedecer a leis e a regulamentos), participação política e social (participar em organizações sociais e políticas, manter-se vigilante em relação ao governo, votar sempre, tentar compreender as ideias dos outros), e autonomia (tomar decisões e ser livre, ter opinião própria/independente).³

O passo seguinte foi a construção de quatro índices, cada um deles integrando as variáveis com maior peso (*loading*) em cada uma das componentes principais⁴ (Quadro 2).

Os resultados mostram que, em média, os inquiridos tendem a aderir às diferentes conceções de bom cidadão subjacentes aos *itens*, não rejeitando nenhuma delas: o grau médio de importância atribuído é relativamente elevado em todas as componentes, situando-se os valores obtidos entre os pontos

1 Jorge Vala, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, é o coordenador nacional do European Social Survey (ESS) – Portugal. O ESS é um inquérito transnacional realizado, desde 2001, a cada dois anos, em toda a Europa. Mede atitudes, crenças e padrões de comportamentos de populações diversas em mais de 30 nações. Os dados sobre a participação portuguesa e os principais resultados podem ser consultados em: <http://www.europeansocial-survey.org/about/country/portugal>.

2 O International Social Survey Programme (ISSP) é coordenado, a nível nacional, por Jorge Vala e Manuel Villaverde Cabral, investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O estudo “constitui a mais antiga e vasta rede internacional de estudos comparativos e longitudinais, envolvendo a aplicação anual de questionários comuns em mais de quatro dezenas de países. Portugal participa nesta rede de pesquisa desde 1997”. Mais informações em: <http://www.issp.org/>.

3 A partir das designações etimológicas de Russell Dalton (2009): indicadores de solidariedade, de ordem social, de autonomia e de participação.

4 Especificam-se, em seguida, as variáveis incluídas em cada índice e o valor do alfa de Cronbach. *Solidariedade*: ajudar as pessoas que no mundo vivem pior, ajudar as pessoas que em Portugal vivem pior colaborar com organizações de voluntariado; alfa de Cronbach = 0,833. *Ordem social*: nunca tentar fugir aos impostos, obedecer a leis e regulamentos; alfa de Cronbach = 0,791. *Participação política e social*: participar em organizações sociais e políticas, manter-se vigilante em relação ao governo, votar sempre, tentar compreender as ideias dos outros; alfa de Cronbach = 0,643. *Autonomia*: tomar decisões e ser livre, ter opinião própria/independente; alfa de Cronbach = 0,837.

QUADRO 1

Representações sociais de cidadania (análise de componentes principais)

	Componentes			
	1	2	3	4
Solidariedade				
Ajudar as pessoas que, no mundo, vivem pior	,896	,031	,075	,014
Ajudar as pessoas que, em PT, vivem pior	,887	,076	,148	,065
Colaborar com organizações de voluntariado	,708	,263	,072	,150
Ordem social				
Nunca tentar fugir aos impostos	,059	,843	,175	,105
Obedecer a leis e regulamentos	,151	,826	,077	,025
Participação política e social				
Participar em organizações sociais e políticas	,117	-,009	,818	-,031
Manter-se vigilante em relação ao Governo	,043	,198	,730	,190
Votar sempre	-,087	,496	,540	,077
Tentar compreender as ideias dos outros	,386	-,118	,529	,258
Autonomia				
Tomar decisões e ser livre	,072	,018	,096	,909
Ter opinião própria/independente	,105	,119	,134	,898
% de variância explicada	20,3	16,5	15,9	14,9

Fonte: Questionário PM&PC

8 e 9 da escala (em que, recorde-se, 1 corresponde a nenhuma importância e 10 a muita importância). Ainda assim, é possível estabelecer uma hierarquia na adesão às quatro concepções, revelando os resultados em que as mais valorizadas são as que dizem respeito à autonomia (na tomada de decisões e na formação de opinião), apresentando valores mais baixos as que se relacionam com participação política e social (9,02 vs. 7,83).

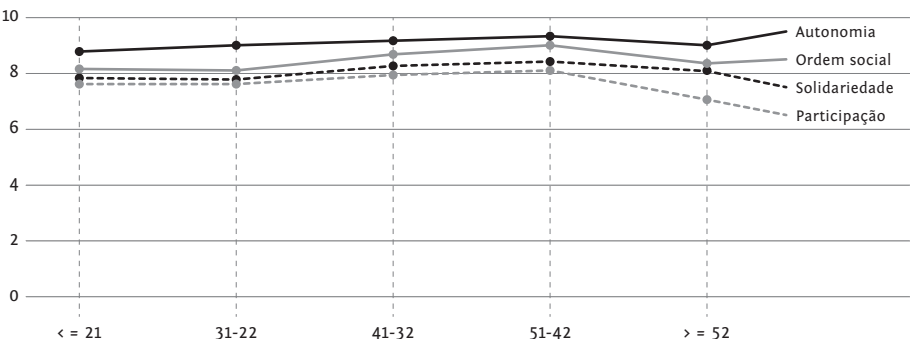
Tendo em conta a idade (Figura 1) conclui-se que os indivíduos mais novos (entre os 18 e os 22 anos) são os que menos valorizam as concepções de ordem social (nunca tentar fugir aos impostos, obedecer a leis e a regulamentos). Os inquiridos mais velhos são os que menos valorizam as representações sociais de participação (participar em organizações sociais e políticas, manter-se vigilante em relação ao governo, votar sempre, tentar compreender as ideias dos outros).

QUADRO 2
Importância atribuída a representações sociais de cidadania (valores médios) segundo a escolaridade a frequentar, a área científica (ensino superior) e a idade

		Solidariedade	Ordem social	Participação	Autonomia
		(*)	(*)		
Nível a frequentar	EFA: Básico	8,12	8,64	7,51	9,39
	EFA: Secundário	8,40	8,72	7,79	8,95
	Ensino Superior	7,84	8,12	7,87	8,99
Área científica			(*)		(*)
	Arquitetura e Design	7,94	8,04	7,71	9,10
	Ciências da Natureza, Matemática e Saúde	7,77	8,48	7,71	9,22
	Ciências Sociais	7,96	7,74	8,08	8,69
	Humanidades	7,76	8,44	8,14	9,31
	Tecnologias	7,63	7,92	7,73	8,61
Idade			(*)	(*)	
	< = 21	7,87	8,14	7,78	8,88
	31-22	7,81	8,10	7,76	9,06
	41-32	8,36	8,61	8,15	9,21
	51-42	8,41	9,07	8,28	9,33
	> = 52	8,17	8,37	7,19	9,08
Total		7,96	8,26	7,83	9,02

Legenda: Escala: 1 = nada importante até 10 = muito importante.
(*) Análise de variância estatística significativa (p<0,05). Fonte: Questionário PM&PC.

FIGURA 1
Importância atribuída a representações sociais de cidadania segundo a idade (valores médios)



Fonte: Questionário PM&PC.

O quadro seguinte (Quadro 3) mostra os valores médios de cada indicador (resultados globais e por nível de escolaridade a frequentar).

Considerando apenas os valores médios mais elevados, o padrão de resposta dos inquiridos traduz uma mesma tendência: o bom cidadão é aquele que tem opinião própria/independente, toma decisões e é livre, e tenta compreender as ideias dos outros.

A questão da “honra fiscal” é no mínimo interessante: 49% dos inquiridos (total da amostra) afirmam ser “muito importante” nunca tentar fugir aos impostos.

Sem se pretender a comparação direta, adiante-se que, segundo o relatório do ESS 2004, os portugueses estão entre os europeus que mais concordam que os cidadãos não deviam fugir aos impostos: 34,9% concordam totalmente que

QUADRO 3
Representações sociais de cidadania (valores médios)

	Nível de ensino			
	Resultados globais	EFA: Ensino Básico	EFA: Ensino Secundário	Ensino Superior
Solidariedade				
Ajudar as pessoas que, no mundo, vivem pior	7,7	8,3	8,0	7,6
Ajudar as pessoas que, em PT, vivem pior (*)	8,2	8,4	8,6	8,0
Colaborar com organizações de voluntariado	8,0	8,2	8,4	7,9
Ordem Social				
Nunca tentar fugir aos impostos	8,5	8,7	8,9	8,4
Obedecer a leis e regulamentos (*)	8,0	8,6	8,5	7,9
Participação política e social				
Participar em organizações sociais e políticas	6,4	6,2	6,2	6,4
Manter-se vigilante em relação ao Governo	8,2	8,0	8,3	8,2
Votar sempre	8,1	7,6	8,0	8,2
Tentar compreender as ideias dos outros	8,6	8,0	8,6	8,6
Autonomia				
Tomar decisões e ser livre	9,0	9,3	9,0	9,0
Ter opinião própria/independente	9,0	9,4	8,9	9,0

Itens ordenados a partir das quatro componentes.

Legenda: Escala: 1= nada importante até 10 = muito importante. Fonte: Questionário PM&PC.

(*) Análise de variância estatística significativa ($p < 0,05$).

não se deve fugir aos impostos (Brites, 2011, p. 104). O dado é “confirmado” pelo ISSP 2004: 54,2% dos portugueses consideram “muito importante” nunca fugir aos impostos.

Participar em organizações sociais e políticas é o indicador menos expressivo, independentemente do nível de escolaridade em análise. A participação em organizações sociais e políticas é, na verdade, considerada “muito importante” apenas por 10% da amostra.

Refira-se que os resultados do ESS 2002 mostram que “o padrão de resposta aos indicadores é idêntico em todos os países europeus envolvidos no estudo: ‘ter opinião própria’, ‘obedecer a todas as leis e regulamentos’, ‘votar sempre nas eleições’ e ‘ajudar as pessoas que estão em pior situação’ registam os valores mais elevados” (Brites, 2011, p. 97).

Em Portugal, “ter opinião própria”, “ajudar as pessoas que estão em pior situação” e “obedecer a todas as leis e regulamentos” ocupam os primeiros três lugares (Brites, 2011, p. 99).

INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA, SOCIAL, POLÍTICA E PROFISSIONAL

A integração e participação cívica, social, política e profissional constituem uma das arestas da cidadania ativa.

O quadro 4 regista os resultados (globais e por nível de escolaridade a frequentar) dos dez indicadores de integração presentes no questionário, organizados segundo as diferentes dimensões identificadas na análise de componentes principais. Os resultados mostram claramente uma baixa propensão para a integração cívica, social, política ou profissional.

Isolemos os valores que respeitam à integração e participação ativa (*cf.* “fez parte e participou ativamente”). O padrão de resposta dos inquiridos, tendo em conta os últimos 12 meses, revela uma mesma tendência: os alunos fizeram parte e participaram ativamente em coletividades de bairro, clubes ou grupos desportivos (EFA básico: 20%; EFA secundário: 21,1%; ensino superior: 17,1%), em igrejas ou associações religiosas (EFA básico: 25,5%; EFA secundário: 17,5%; ensino superior: 10,3%), em associações cívicas (EFA básico: 13,6%; EFA secundário: 11,5%), em associações de estudantes (EFA básico: 11,6%; ensino superior: 10,1%) e em associações recreativas ou grupos culturais (ensino superior: 11,4%). Tomando a amostra como um todo, os homens participaram mais do que as mulheres: em todos os indicadores de integração e participação política e cívica disponíveis, e tendo por baliza temporal o último ano, foram mais os homens que declararam a sua integração e participação do que as mulheres, e em alguns casos com diferenças muito acentuadas (como no caso de um partido político ou de uma coletividade de bairro, clube ou grupo desportivo).

QUADRO 4
Integração e participação cívica, social, política e profissional (%)

	Nível de ensino a frequentar											
	Resultados globais			EFA: Ensino Básico			EFA: Ensino Secundário			Ensino Superior		
	Não fez parte, nem participou	Fez parte, mas não participou ativamente	Fez parte e participou ativamente	Não fez parte, nem participou	Fez parte, mas não participou ativamente	Fez parte e participou ativamente	Não fez parte, nem participou	Fez parte, mas não participou ativamente	Fez parte e participou ativamente	Não fez parte, nem participou	Fez parte, mas não participou ativamente	Fez parte e participou ativamente
Integração e participação cívica												
Associação humanitária	84,1	8,5	7,4	79,1	14	7	89,5	5,3	5,3	83,6	8,6	7,8
Movimento ambiental, ecológico, de direitos dos animais	87	7,3	5,7	77,3	15,9	6,8	89,7	2,6	7,7	87,6	7,2	5,2
Associação cívica (*)	87,5	6,5	5,9	77,3	9,1	13,6	82,1	6,4	11,5	89,8	6,3	3,9
Integração e participação social												
Coletividade de bairro, clube ou grupo desportivo	71,7	10,4	17,9	60	20	20	72,4	6,6	21,1	72,9	10,1	17,1
Associação recreativa ou grupo cultural	82	7,6	10,4	88,4	9,3	2,3	87,5	2,8	9,7	80,3	8,3	11,4
Associação de estudantes	76,6	14,1	9,3	76,7	11,6	11,6	82,9	13,2	3,9	75,4	14,5	10,1
Igreja ou associação religiosa (*)	75,9	11,3	12,8	59,6	14,9	25,5	70	12,5	17,5	79,1	10,6	10,3
Integração e participação política e profissional												
Sindicato (*)	92,6	5,5	2	86,7	13,3	0	82,3	8,9	8,9	95,3	3,9	0,8
Associação socioprofissional	93,3	4,3	2,4	90,5	7,1	2,4	90,9	6,5	2,6	94,1	3,6	2,3
Partido político	88,7	6,3	5,1	89,4	4,3	6,4	82,1	9	9	89,9	5,9	4,1

Fonte: Questionário PM&PC. Qui-quadrado significativo (p<0,05).

Confirme-se a existência de evidência empírica que conclui pela integração/participação essencialmente em associações do tipo desportivo, cultural ou recreativo e de solidariedade social e religiosas, particularmente no caso dos jovens (Cabral, 2000; Viegas, 2004; Menezes *et al.*, 2005; Ferreira, 2008; Magalhães e Moral, 2008). O estudo europeu *Citizenship, Involvement, Democracy*⁵ revelou que as associações desportivas, culturais e recreativas e as associações de solidariedade social e religiosas representaram “a maior fatia da presença associativa” em Portugal (Viegas e Santos, 2009, p. 127). A exploração empírica (Viegas, 2004; Viegas e Santos, 2009) permitiu também traçar uma tendência no modelo de envolvimento associativo português: um “reduzido número de participantes, mas com alta intensidade de participação” (Viegas e Santos, 2009, p. 128).

Uma nota para dar conta das taxas de participação e adesão muito baixas dos “Jovens Portugueses de Hoje”⁶ (Cabral e Pais, 1998). Em “Os jovens e a política” (2008), Magalhães e Moral concluíram que os níveis de pertença associativa dos jovens portugueses são baixos, exceto em associações de cariz religioso ou paroquial (Magalhães e Moral, 2008, p. 42). Também Pedro Moura Ferreira investigou a pertença associativa dos jovens portugueses. Os resultados revelaram que a atividade associativa com que os jovens mais se identificam é a desportiva, embora a pertença a uma associação desportiva signifique, na maior parte das vezes, apenas uma prática de desporto sem uma relação efetiva com a organização e a vida associativas (Ferreira, 2008, p. 111). O investigador concluiu ainda que há diferenças nas atitudes cívicas e políticas entre jovens associados e não associados: os jovens associados têm uma presença mais assídua nos atos eleitorais, manifestam um interesse mais acentuado pela política e envolvem-se mais frequentemente em ações de voluntárias na comunidade. O associativismo ajuda a consolidar o sentido da cidadania (Ferreira, 2008, pp. 113-124).

Um índice global de participação ativa enquadrou a pertença dos inquiridos (pertença partidária e profissional, social ou cívica), independentemente do nível de ensino a frequentar, do sexo e da idade (Quadro 5).

5 José Manuel Leite Viegas, investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, foi o coordenador nacional do projeto *Citizenship, Involvement, Democracy* (CID), desenvolvido com o apoio da European Science Foundation (2000-2003). A pesquisa visou uma análise comparativa da participação política e social em diferentes países europeus. Mais informações em “Envolvimento dos cidadãos e dos parlamentares nas associações” (Viegas e Santos, 2009).

6 Os resultados do inquérito revelaram que apenas 5% dos jovens portugueses pertencem a associações de estudantes e só 1% a grupos ecologistas.

Note-se que mais de metade dos alunos (55,8%) declara não ter estado integrado nem participado em qualquer tipo de organização (partido político, sindicato, associação, coletividade, movimento ou igreja) no último ano.

A partir das respostas dos inquiridos quanto à sua participação ativa, nos últimos 12 meses, em organizações de natureza política, profissional, social e cívica realizou-se uma análise de componentes principais (Quadro 6). A análise revelou que os dez indicadores presentes no nosso questionário podem ser organizados em três grupos: participação cívica (associação cívica;

QUADRO 5
Índice global de participação ativa (%)

Nº de atividades	% válida	% acumulada
0	55,8	55,8
1	26,7	82,5
2	10,2	92,7
3	3,7	96,3
4	1,5	97,9
5	1,2	99,0
6	,2	99,2
7	,6	99,8
9	,2	100,0
Total	100,0	

Fonte: Questionário PM&PC.

QUADRO 6
Participação cívica, social, política e profissional (análise de componentes principais)

	Componentes		
	1	2	3
Participação cívica			
Associação humanitária	,811	,047	-,067
Movimento ambiental, ecológico, de direitos dos animais	,626	,101	,376
Associação cívica	,614	,227	,274
Participação social			
Coletividade de bairro, clube ou grupo desportivo	-,026	,739	,077
Associação recreativa ou grupo cultural	,141	,728	,048
Associação de estudantes	,162	,532	,224
Igreja ou associação religiosa	,338	,388	-,073
Participação política e profissional			
Sindicato	-,071	-,032	,722
Associação socioprofissional	,230	,187	,662
Partido político	,130	,103	,591
%% de variância explicada	16,6	16,2	15,9

Fonte: Questionário PM&PC.

associação humanitária; movimento ambiental, ecológico, de direitos dos animais), participação social (associação recreativa ou grupo cultural; coletividade de bairro, clube ou grupo desportivo; associação de estudantes; igreja ou associação religiosa) e participação política e profissional (partido político; sindicato; associação socioprofissional).

AUTOMOBILIZAÇÃO POLÍTICA E CÍVICA

A automobilização política e cívica constitui outra aresta da cidadania ativa. No presente estudo, os indicadores utilizados, um total de 15, reportam-se às formas de ação política e cívica⁷ realizadas no último ano, em anos anteriores, nunca realizados mas possíveis de realizar, e impossíveis de realizar. Estes indicadores integram formas convencionais de participação, como votar, participar numa manifestação ou recorrer à greve, por exemplo; e formas menos convencionais ou não convencionais de participação, seguindo Kaase (1984), como participar num fórum ou grupo de discussão através da internet, criar iniciativas cívicas e/ou políticas num blogue ou rede social ou promover iniciativas cívicas ou políticas num blogue ou rede social.

De um outro ângulo analítico, e seguindo Russell Dalton (2009), estes mesmos indicadores dizem respeito a vários tipos de mobilização, como votar, protestar (por exemplo, participar numa manifestação ou recorrer à greve), contactar (por exemplo, contactar um político ou os *media*) ou participar publicamente (por exemplo, assinar uma petição ou um abaixo-assinado ou fazer donativos a instituições).

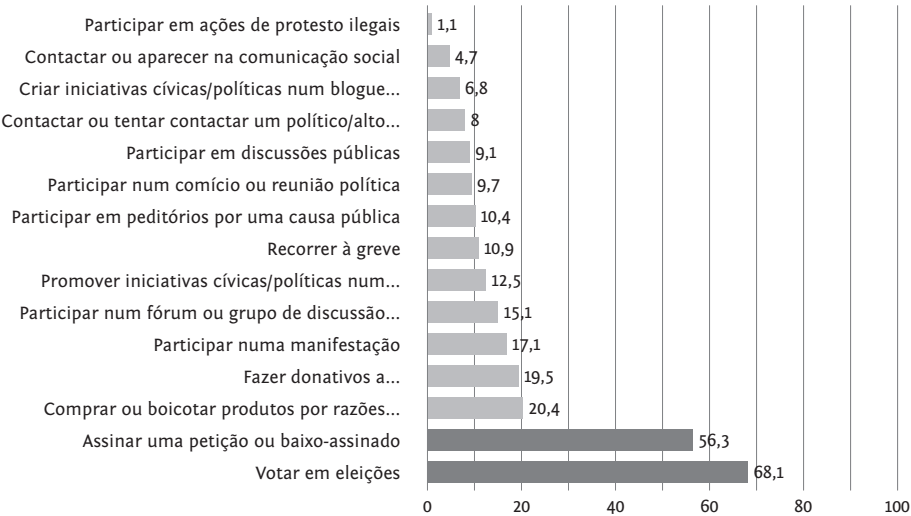
Olhemos os resultados obtidos para os indicadores utilizados no quadro desta investigação (Figura 2).

Os resultados globais revelam que apenas dois indicadores reúnem a maioria dos inquiridos quanto às suas práticas no último ano: votar em eleições (68,1%) e assinar uma petição ou um abaixo-assinado (56,3%). Sublinhe-se, no entanto, que apenas “votar em eleições” reúne a maioria dos inquiridos de todos os níveis de ensino: afirmaram ter votado em eleições no último ano 56,8% dos alunos do EFA básico, 61,8% dos alunos do EFA secundário e 70,7% dos alunos do ensino superior (Quadro 7).

A propósito, afirmou Walzer: “a cidadania é hoje o mais passivo dos papéis: os cidadãos são espectadores que votam” (Walzer, 1995). Também Isabel

7 Recorde-se, a propósito, que um estudo de Ana Benavente, Helena Mendes e Luísa Schmidt, de 1997, revelou que os habitantes da Grande Lisboa e do Grande Porto consideraram os direitos civis da “liberdade” e da “liberdade de opinião-expressão” os mais importantes direitos de cidadania. Em seguida, apontaram os direitos sociais e só muito depois os direitos políticos, como o direito ao voto ou à greve (Benavente, Mendes e Schmidt, 1997).

FIGURA 2
Automobilização política e cívica no último ano (resultados globais em %)



Fonte: Questionário PM&PC.

QUADRO 7
Votar em eleições no último ano (%)

	Nível de ensino a frequentar			
	Resultados globais	EFA: Básico	EFA: Secundário	Ensino superior
	Último ano	Último ano	Último ano	Último ano
Votar	68,1	56,8	61,8	70,7

Fonte: Questionário PM&PC.
Qui-quadrado significativo (p<0,05).

Menezes e Bárto­lo Campos con­cluíram que o ex­er­cício da ci­dadania entre os mais jo­vens se re­sume ao ato de vo­tar, num es­tu­do que en­volveu ado­les­centes por­tu­gueses (Menezes e Campos, 1996). Qua­se uma dé­ca­da de­pois, Pe­dro Ma­galhães e Je­sus Sanz Mo­ral con­cluíram que o vo­to con­ti­nua a ser vi­sto co­mo a for­ma mais e­fi­caz de par­ti­ci­pação po­lí­ti­ca e que as di­fe­renças en­tre es­calões etá­rios são re­du­zidas e não sig­ni­fi­ca­ti­vas (Ma­galhães e Mo­ral, 2008, pp. 27-28). O qua­dro 8 mos­tra os re­sul­ta­dos (glo­bais e por ní­vel de es­co­la­ridade a fre­quen­tar) de 14 in­di­ca­dores de au­to­mo­bi­li­zação po­lí­ti­ca e cívica pre­sen­tes no que­sti­o­nário, or­ga­ni­za­dos se­gun­do as di­fe­ren­tes di­men­sões iden­ti­fi­ca­das na aná­lise de co­mponen­tes prin­ci­pais (cf. Qua­dro 9). Pe­la sua es­pe­ci­fi­ci­dade e tran­sver­sa­li­dade, foi ex­clu­ída a par­ti­ci­pação po­lí­ti­ca, cuja lei­tu­ra foi já re­ali­za­da de for­ma au­tónoma.

Tendo por referência os últimos 12 meses, observa-se que todas as práticas de automobilização política e cívica são declaradas por minorias, exceto “assinar uma petição ou abaixo-assinado” e apenas no caso dos inquiridos que frequentam o ensino superior (64,8%).⁸ Em rigor, os alunos do ensino superior apresentam alguns resultados expressivos: no último ano, 24,4% destes alunos compraram ou boicotaram produtos por razões políticas ou éticas, 23,9% contactaram instituições ou serviços, 20,1% fizeram donativos a instituições/grupos/organizações políticas. É interessante reter o que os inquiridos dizem que nunca fariam: a maioria dos alunos afirma que nunca compraria ou boicotaria produtos por razões políticas ou éticas (EFA básico: 50%; EFA secundário: 49,3%; ensino superior: 44,1%) e nunca participaria em ações de protesto ilegais, como boicotes eleitorais ou corte de estradas (EFA básico: 50%; EFA secundário: 47,8%; ensino superior: 50,6%).

Quanto a formas convencionais de participação, e tomando a amostra como um todo, a maioria dos inquiridos nunca contactou ou apareceu na comunicação social (69,5%), nunca contactou ou tentou contactar um político ou um alto funcionário do Estado (65,5%), nunca participou em discussões públicas (65,5%), nunca participou em peditórios por uma causa pública (58,6%), nunca recorreu à greve (54%) ou nunca participou numa manifestação (52,7%). A grande maioria destes alunos nunca participou num comício ou reunião política (49,6%), nunca contactou instituições ou serviços (43,1%), nunca comprou ou boicou produtos por razões políticas ou éticas (42,5%) e nunca fez donativos a instituições/grupos/organizações políticas (41,1%).

Quanto a formas menos convencionais de participação, outro conjunto de indicadores muito interessante é o que se relaciona com os novos movimentos sociais: os resultados dos três indicadores disponíveis mostram claramente que a maioria dos inquiridos, independentemente do nível de ensino, nunca participou num fórum ou discussão *online* (55,6% da amostra), nunca criou iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social (63,8% da amostra) e nunca promoveu iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social (60,8% da amostra).

Por fim, registre-se que os inquiridos que afirmam ter realizado no último ano alguma das várias formas de ação política e/ou cívica listadas no questionário representam 82,3% da amostra. No entanto, se excluirmos o voto em eleições, essa percentagem cai para os 66,7%.

8 Segundo Magalhães e Moral (2008, pp. 32-33), há três formas de participação a que mais de 10% dos portugueses dizem ter recorrido no último ano: petições (16,9%), boicotes ou compra de produtos por razões políticas ou para favorecer o meio ambiente (18,3%) e entregar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política (13,1%).

Quadro 8
Automobilização política e cívica (%)

	Resultados globais			
	Nunca o faria	Nunca fez, mas poderia	Anos anteriores	Último ano
Comunicar				
Criar iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social	21,7	63,8	7,7	6,8
Promover iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social (*)	19,2	60,8	7,5	12,5
Contactar ou aparecer na comunicação social	19,3	69,5	6,6	4,7
Participar em discussões públicas (*)	9,8	65,5	15,6	9,1
Contactar ou tentar contactar um político/alto funcionário do Estado (*)	19,5	65,5	6,9	8
Protestar				
Recorrer à greve	22	54	13,2	10,9
Participar em ações de protesto ilegais	50,1	44,3	4,6	1,1
Participar numa manifestação (*)	10,8	52,7	19,4	17,9
Participar num comício ou reunião política	28,1	49,6	12,7	9,7
Reivindicar				
Assinar uma petição ou baixo-assinado (*)	4,1	20,6	19	56,3
Comprar ou boicotar produtos por razões políticas/éticas (*)	29,9	42,5	7,3	20,4
Participar num fórum ou grupo de discussão – <i>online</i> (*)	14	55,6	15,3	15,1
Contribuir				
Fazer donativos a instituições/grupos/organizações políticos (*)	18,7	41,1	20,7	19,5
Participar em peditórios por uma causa pública	13	58,6	18	10,4

Recorde-se que também Pedro Magalhães e Jesus Sanz Moral (2008, p. 30) concluíram que os níveis de participação em Portugal são baixos, em formas de participação convencional e não convencional, em todos os escalões etários e que os comportamentos participativos dos jovens não se distinguem daqueles exibidos pelo resto da população ativa (Magalhães e Moral, 2008, p. 34). Na verdade, a investigação sociológica realizada em Portugal tem revelado, ao longo das últimas décadas, um país com uma “baixíssima propensão para a ação coletiva” (Cabral, 1997), com um claro desinteresse pela política, pela participação e pela ação coletivas (Cabral, 1997; Mozzicafredo, 1997; Cabral

Fonte: Questionário PM&PC.

Automobilização política e cívica (%)											
EFA: Ensino Básico				EFA: Ensino Secundário				Ensino Superior			
Nunca o faria	Nunca fez, mas poderia	Anos anteriores	Último ano	Nunca o faria	Nunca fez, mas poderia	Anos anteriores	Último ano	Nunca o faria	Nunca fez, mas poderia	Anos anteriores	Último ano
28,2	64,1	0	7,7	32,8	50,7	10,4	6	19	66,2	8	6,9
32,5	57,5	0	10	27,1	54,3	10	8,6	16,3	62,3	7,9	13,6
28,9	57,9	7,9	5,3	26,5	61,8	7,4	4,4	16,9	72,1	6,3	4,6
26,8	48,8	14,6	9,8	18,6	62,9	11,4	7,1	6,2	67,8	16,5	9,5
27	59,5	5,4	8,1	29,4	50	13,2	7,4	17	69	5,9	8,1
26,2	50	9,5	14,3	18,6	55,7	14,3	11,4	22,1	54,1	13,4	10,4
50	47,2	2,8	0	47,8	46,3	3	3	50,6	43,6	5	0,8
20,9	48,8	25,6	4,7	11,3	62	16,9	9,9	9,6	51,3	19,1	19,9
40,5	33,3	16,7	9,5	33,8	39,4	14,1	12,7	25,5	53,5	11,9	9,1
15,8	50	18,4	15,8	12,2	35,1	18,9	33,8	1,3	14,8	19	64,8
50	35,3	11,8	2,9	49,3	37,7	4,3	8,7	24,1	44,1	7,4	24,4
34,2	52,6	7,9	5,3	27,1	54,3	15,7	2,9	9,5	56,1	16	18,4
26,8	48,8	2,4	22	27,4	39,7	17,8	15,1	16,1	40,5	23,3	20,1
23,1	61,5	5,1	10,3	18,1	58,3	12,5	11,1	11	58,3	20,4	10,2

e Pais, 1998; Pais, 1999; Vala, Cabral e Ramos, 2003; Casanova, 2004; Vala e Torres, 2006), com uma “crise” de cidadania ativa, particularmente entre os mais jovens. No entanto, convém não esquecer, como salienta a investigadora Isabel Menezes, que “falar de ‘participação cívica e política dos jovens’ envolve um reconhecimento da pluralidade de diversidades que integram esta categoria” (Menezes *et al.*, 2012, p. 10). Por outro lado, “há que reconhecer que a participação não decorre num vácuo social, mas em contextos determinados por uma rede de influências institucionais e societais” (Menezes *et al.*, 2012, p. 11). Quanto ao género, uma investigação de Baum e Espírito-Santo revelou

que as mulheres têm uma menor propensão para o exercício de formas de participação política extraeleitorais (Baum e Espírito-Santo, 2007).

Recorde-se também que o inquérito à população portuguesa, coordenado por Manuel Villaverde Cabral, concluiu que existe alguma capacidade de automobilização na defesa de interesses e valores, mas fracos níveis de cidadania política e uma grande distância em relação ao poder (Cabral, 2000). Já Manuel Braga da Cruz, em meados da década de 90 do século xx, havia sugerido que a baixa participação política dos portugueses mostra uma fraqueza na edificação da democracia nacional e que as novas formas de participação política (como protestos ou petições) são um indicador de um processo de substituição de uma participação política orientada pelas elites para uma participação orientada para as elites (Braga da Cruz, 1995, p. 317).

Uma nota para o projeto multidisciplinar europeu *Processes Influencing Democratic Ownership and Participation*. O PIDOP decorreu entre 2009 e 2012 e foi desenvolvido por nove equipas de investigação, uma das quais portuguesa (da Universidade do Porto, liderada por Isabel Menezes). Centrado nas experiências de agência e participação política e cívica dos jovens (em Portugal, envolveu jovens de origem portuguesa, de origem angolana e de origem brasileira), o estudo revelou que os inquiridos de origem portuguesa afirmaram não existir oportunidades suficientes para a sua participação (para além do voto), reconheceram que o seu interesse relativamente a questões políticas é (em geral) baixo e que, mesmo estando interessados em questões sociais (ambientais ou de direitos humanos, por exemplo), raramente se envolvem ativamente (Ferreira, 2012, p. 152). “A sua baixa participação é notória (embora a larga maioria já tenha tido alguma experiência de envolvimento) assim como é clara a sua baixa perceção de eficácia do envolvimento político” (Ferreira, 2012, p.152).

A partir do conjunto de indicadores de formas de ação política e cívica foi realizada uma análise de componentes principais (Quadro 9), no sentido de perceber se estes podem ser organizados num número menor de dimensões (componentes).

Os resultados apontam para uma organização em quatro componentes: comunicar (criar iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social, promover iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social, contactar ou aparecer na comunicação social, participar em discussões públicas, contactar ou tentar contactar um político ou um alto funcionário do Estado), protestar (recorrer à greve, participar em ações de protesto ilegais, participar numa manifestação, num comício ou reunião política), reivindicar (assinar uma petição ou abaixo-assinado, comprar ou boicotar produtos por razões políticas ou éticas, participar num fórum ou grupo de discussão *online*) e contribuir

QUADRO 9

Automobilização política e cívica (análise de componentes principais)

	Componentes			
	1	2	3	4
Comunicar				
Criar iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social	,815	,036	,113	,205
Promover iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social	,779	,061	,173	,254
Contactar ou aparecer na comunicação social	,657	,356	-,011	,136
Participar em discussões públicas	,540	,240	,376	,287
Contactar ou tentar contactar um político/alto funcionário do Estado	,460	,372	,328	,038
Protestar				
Recorrer à greve	-,088	,712	,062	,296
Participar em ações de protesto ilegais	,316	,677	,095	-,237
Participar numa manifestação	,171	,521	,468	,309
Participar num comício ou reunião política	,371	,511	,168	,256
Reivindicar				
Assinar uma petição ou abaixo-assinado	,036	,011	,833	,218
Comprar ou boicotar produtos por razões políticas/éticas	,214	,387	,636	,000
Participar num fórum ou grupo de discussão online	,515	,038	,530	-,046
Contribuir				
Fazer donativos a instituições/grupos/organizações políticas	,168	,065	,075	,771
Participar em peditórios por uma causa pública	,304	,157	,153	,664
% de variância explicada	20,8	14,3	14,0	11,4

Fonte: Questionário PM&PC.

(fazer donativos a instituições/grupos/organizações políticas, participar em peditórios por uma causa pública).

A partir desta análise, foram construídos quatro índices. Cada índice integra as variáveis com maior peso (*loading*) em cada uma das componentes (comunicar, protestar, reivindicar, contribuir) e traduz o nível de participação, em termos médios, em diferentes modalidades de automobilização política e cívica dos inquiridos⁹ (Quadro 10).

9 Especificam-se, em seguida, as variáveis incluídas em cada índice e o valor do alfa de Cronbach. *Comunicar*: criar iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social, →

QUADRO 10

Automobilização política e cívica (valores médios) segundo a escolaridade a frequentar, a área científica (ensino superior) e a idade

		Comunicar	Protestar	Reivindicar	Contribuir
				(*)	(*)
Nível de ensino	EFA: Básico	1,96	1,95	1,98	2,17
	EFA: Secundário	1,96	2,03	2,19	2,17
	Ensino Superior	2,10	2,06	2,76	2,39
Área científica		(*)	(*)	(*)	(*)
	Arquitetura e Design	2,12	2,00	2,84	2,33
	Ciências da Natureza, Matemática e Saúde	1,95	1,88	2,51	2,24
	Ciências Sociais	2,28	2,26	2,89	2,59
	Humanidades	2,17	2,35	3,00	2,53
	Tecnologias	1,96	1,82	2,64	2,24
				(*)	
Idade	< = 21	2,06	2,00	2,58	2,35
	31-22	2,09	2,02	2,72	2,27
	41-32	2,17	2,21	2,54	2,42
	51-42	1,99	2,21	2,46	2,43
	> = 52	2,06	2,16	2,19	2,53
	<i>Total</i>	2,07	2,05	2,61	2,34

Legenda: Escala: 1 = Nunca o faria até 4 = Fez no último ano.

Fonte: Questionário PM&PC.

(*) Análise de variância estatística significativa ($p < 0,05$).

Os resultados revelam que reivindicar é a forma de ação/mobilização cívica que apresenta frequências médias mais elevadas e protestar a que apresenta valores mais baixos (2,61 vs. 2,05). De qualquer forma, diga-se que, em média, os quatro tipos de ação/mobilização apresentam frequências relativamente

→ promover iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social, contactar ou aparecer na comunicação social, participar em discussões públicas, contactar ou tentar contactar um político/alto funcionário do Estado; alfa de Cronbach = 0,826. *Protestar*: recorrer à greve, participar em ações de protesto ilegais, participar numa manifestação, participar num comício ou reunião política; alfa de Cronbach = 0,677. *Reivindicar*: assinar uma petição ou abaixo-assinado, comprar ou boicotar produtos por razões políticas/éticas, participar num forum ou grupo de discussão online; alfa de Cronbach = 0,622. *Contribuir*: fazer donativos a instituições/grupos/organizações políticas, participar em peditórios por uma causa pública; alfa de Cronbach = 0,525.

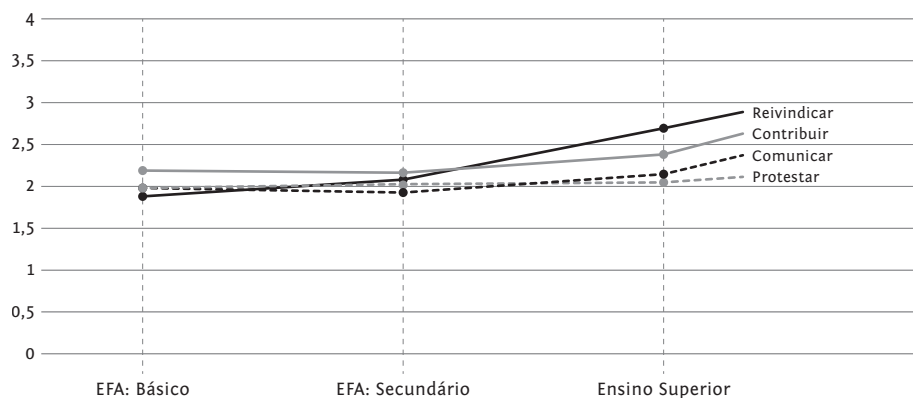
equivalentes e pouco elevadas: os valores globais médios situam-se todos entre o 2 e o 3).

Os alunos do ensino superior revelam práticas de ação/mobilização política e cívica mais altas em todas as componentes: estes alunos são, como seria de esperar [a evidência empírica tem vindo a mostrar que a ação e participação política e cívica varia significativamente com a escolaridade (*cf.*, por exemplo, Cabral, 2000)], os mais proativos política e civicamente (Figura 3).

Quanto à idade, constata-se que, tendencialmente, as ações reivindicativas decrescem à medida que aumenta a idade e as de protesto aumentam à medida que aumenta a idade (Figura 4).

FIGURA 3

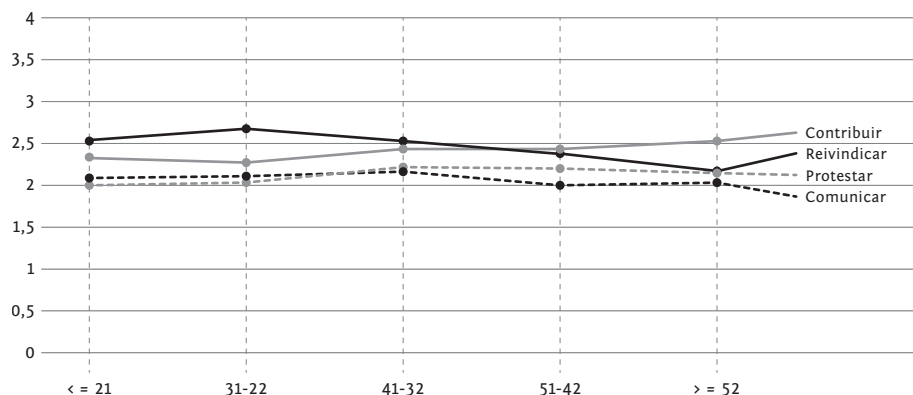
Frequência da prática de ações políticas e cívicas segundo o nível de ensino (%)



Fonte: Questionário PM&PC.

FIGURA 4

Frequência da prática de ações políticas e cívicas segundo a idade (%)



Fonte: Questionário PM&PC.

INTERESSE PELA POLÍTICA

O indicador “interesse pela política” traduz, de alguma forma, a preocupação dos cidadãos pela “coisa pública” (Brites, 2011, p. 72). A maioria dos inquiridos, independentemente do nível de ensino, afirma ter algum interesse pela política (43,5%). A percentagem de mulheres que declara ter algum interesse pela política é de 62,9% (homens: 37,1%). Segmentando os dados por níveis de escolaridade (Quadro 11),

observa-se que a percentagem de alunos que dizem ter muito interesse pela política ronda os 20%, independentemente do nível de ensino que frequentam (EFA básico: 22,4%; EFA secundário: 22,8%; Superior: 20,4%), 46,8% dos inquiridos a frequentar o ensino superior afirmam ter algum interesse pela política e 36,7% dos inquiridos do EFA básico (a maioria, aliás) confessam ter pouco interesse pela política.

Nesta amostra, o interesse manifestado pela política tende a ser mais elevado do que noutros estudos de âmbito nacional.¹⁰

QUADRO 11
Interesse pela política (%)

Resultados globais					Nível de ensino a frequentar											
					EFA: Básico				EFA: Secundário				Ensino superior			
					Muito	Algum	Pouco	Nenhum	Muito	Algum	Pouco	Nenhum	Muito	Algum	Pouco	Nenhum
Interesse pela política	21	43,5	28,2	7,4	22,4	30,6	36,7	10,2	22,8	35,4	27,8	13,9	20,4	46,8	27,1	5,7

Fonte: Questionário PM&PC. Qui-quadrado não significativo.

10 O estudo de Magalhães e Moral veio revelar que 68,5% dos inquiridos afirmou interessar-se pouco ou nada pela política, não existindo diferenças significativas entre os jovens adultos e o resto da população ativa (Magalhães e Moral, 2008, p. 15). Já os resultados do International Social Survey Programme 2004, no que a Portugal diz respeito, revelam que os inquiridos que afirmam ter muito interesse pela política representam 6,1% da amostra e os que afirmam ter algum interesse 34%. Os dados do European Social Survey 2010 apontam para 5,4% de inquiridos portugueses a dizer ter muito interesse pela política e 24,1% a dizer ter algum interesse. Os inquiridos que responderam “nenhum interesse” representam 41,7% do total da amostra, o que traduz um aumento de 2,9% em relação a 2008 (nessa edição, os inquiridos portugueses que confessavam não ter nenhum interesse pela política representava 38,8% da amostra).

AUTOPOSICIONAMENTO POLÍTICO

O indicador utilizado no questionário para avaliar o posicionamento político dos alunos participantes teve por base a partição clássica esquerda-direita e foi operacionalizado através de uma escala entre 0 (mais à esquerda) e 10 (mais à direita).

Entre os alunos inquiridos, a opção pelo centro da escala (*cf.* média) é bastante evidente, independentemente do nível de ensino. A diferença entre as médias (EFA básico: 4,4; EFA secundário: 4,9; ensino superior: 5,1) é muito pouco acentuada (Quadro 12).

Pensamos poder existir uma baixa compreensão de conceitos como “esquerda” e “direita” no Portugal de hoje. Em rigor, a alternância eleitoral, desde o início dos anos (19)80, entre o “centro-esquerda” (identificada com o Partido Socialista) e o “centro-direita” (identificado com o Partido Social Democrata), em média a cada dois sufrágios, espelha este facto e revela o país do “centrão”.

QUADRO 12

Autoposicionamento político (valores médios)

	Resultados globais	Nível de ensino a frequentar		
		EFA: Básico	EFA: Secundário	Ensino superior
Posicionamento em termos políticos	5,0	4,4	4,9	5,1

Legenda: Escala: 0 = mais à esquerda até 10 = mais à direita. Fonte: Questionário PM&PC. Análise de variância estatística não significativa.

Visto numa outra perspetiva, e tomando a amostra como um todo, os resultados revelam que a maioria dos inquiridos se situa no centro da escala. O “centrão” (4-5-6) reúne 50,4% dos inquiridos. O que podemos denominar por “esquerda mais à esquerda” (3-0) reúne 24,1% dos inquiridos. Na mesma linha, a “direita mais à direita” (7-10) representa 25,5% dos participantes.¹¹ Relacionando o autoposicionamento político dos inquiridos com o interesse declarado pela política e a pertença a um partido político, concluímos existirem tendências semelhantes à “esquerda” e à “direita”.¹²

A fechar este ponto, diga-se que o autoposicionamento político dos inquiridos neste estudo reproduz, em rigor, os resultados apurados numa série de

11 Magalhães e Moral revelaram que o posicionamento ideológico dos jovens tende a estar mais à direita do que a generalidade da população (Magalhães e Moral, 2008, pp. 2-3).

12 Villaverde Cabral conclui ainda que a propensão para a ação coletiva sustentada das pessoas “de esquerda” é tão baixa como a das pessoas “de direita” (Cabral, 2000, p. 96).

outros estudos (nomeadamente, o ESS) que usam o mesmo indicador: a maioria escolhe o centro da escala e evita os extremos. Ao que parece, os inquiridos considerarem-se “moderados” (Brites, 2011, p. 89). Este facto repete-se na maioria dos países europeus: na Europa, os cidadãos autopoicionam-se maioritariamente em torno do centro da escala, ou seja, identificam-se com posições moderadas ao centro (Brites, 2011, p. 93). As conclusões semelhantes chegaram Villaverde Cabral¹³ (2000, p. 92) e Magalhães e Moral¹⁴ (2008, p. 48).

COMPETÊNCIAS DE LITERACIA MEDIÁTICA E PRÁTICAS DE CIDADANIA

O CONCEITO DE LITERACIA MEDIÁTICA

As sociedades contemporâneas são sociedades das literacias. A literacia mediática – assim como a literacia digital, a literacia financeira, a literacia da saúde, etc. – constitui-se como um recurso: uma condição básica para a reflexividade, por um lado, e potencialmente uma condição básica para a cidadania e a participação na esfera pública, a base da democracia (Habermas, 1997), por outro.

O conceito de literacia mediática remete para um conjunto de capacidades, de competências-chave, que permitem ao cidadão aceder, analisar, interpretar, avaliar criticamente, criar e comunicar mensagens em diversos contextos (Aufderheide e Firestone, 1993; Thoman, 2003; Livingstone, 2003; Thoman e Jolls, 2003; Martinsson, 2009).

Estas competências – técnicas, críticas, sociais e criativas (Helsper e Eynon, 2013) –, multidimensionais e processadas em *continuum* (Potter, 2001), são desenvolvidas ao longo da vida e usadas de forma relativamente automática e inconsciente, mobilizadas como resposta a exigências específicas, mais ou menos complexas, em contexto. As competências de literacia (mediática) são, portanto, recursos e disposições para a ação (Ávila, 2008) que permitem a cada indivíduo “responder às necessidades da vida em sociedade” (Kirsch *et al.*, 1993, p. 2).

O interesse pelo estudo da literacia mediática tem crescido exponencialmente nos últimos anos e tem incidido mais nas práticas mediáticas do que nas competências de literacia mediática dos indivíduos. De facto, é relativamente simples encontrar evidência empírica acerca das práticas mediáticas

13 Villaverde Cabral registou a forte concentração de 37% dos inquiridos nos dois graus centrais da escala (5 e 6), mas com clara predominância do grau 5 (29%).

14 Magalhães e Moral afirmaram o posicionamento ideológico dos portugueses como eminentemente centrista: o posicionamento médio situa-se no ponto central da escala (5).

dos portugueses (e, neste particular, refira-se o trabalho do Observatório da Comunicação) e bastante difícil encontrar alguma informação acerca das suas competências de literacia mediática. A investigação científica neste particular – centrada em três grandes áreas: Ciências da Comunicação, Ciências da Educação e Sociologia – resume-se, em Portugal, a menos de uma dezena de trabalhos e todos eles muito recentes (João e Menezes, 2008; Silva, 2010; Lopes, 2014; Carvalho, 2015; Pereira, Pinto e Moura, 2015).

A RELAÇÃO ENTRE LITERACIA MEDIÁTICA E CIDADANIA

A importância da educação para os *media* (e para a literacia mediática) e a sua relação com práticas de cidadania tem vindo a ser destacada desde a *Declaração de Grünwald sobre a Educação para os Media* (UNESCO, 1982). De forma bastante explícita, e em particular na última década, tem integrado (como pressuposto) o discurso de instituições e organizações internacionais, como a UNESCO, o Conselho da Europa ou a União Europeia, de instituições e grupos da sociedade civil, como o Center for Media Literacy, o CLEMI ou o consórcio EAVI, e de investigadores e académicos, como os espanhóis José Manuel Pérez-Tornero e José Ignacio Aguaded Gómez, os franceses Jacques Gonnet e Evelyne Bevort, os britânicos Sonia Livingstone e David Buckingham, ou as norte-americanas Elizabeth Thoman e Renee Hobbs, por exemplo. A nível nacional, o destaque vai para o trabalho de alguns – poucos – investigadores portugueses, como Manuel Pinto e Sara Pereira, ambos do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, ou Vítor Reia-Baptista, da Universidade do Algarve.¹⁵

Todos estes discursos têm em comum a ideia de que, em teoria, existe uma relação entre literacia mediática e o exercício de uma cidadania ativa: ora sublinhando a educação para os *media* e a literacia mediática como potencial ferramenta “para compreender a sociedade e participar na vida democrática” (UNESCO, 2007), reconhecendo “a importância da literacia mediática e o seu papel na promoção da participação ativa dos cidadãos na vida económica, cultural e democrática da sociedade” (União Europeia, 2008), afirmando a literacia mediática como “fator importante para a cidadania ativa na sociedade da informação de hoje” (União Europeia, 2009), ora como “uma extraordinária forma de iniciação às práticas democráticas” (Gonnet, 2007, p. 7) ou como “uma dimensão da cidadania e um direito humano fundamental” (Buckingham, 2003).

15 Recomendamos a leitura dos CIES *e-working-papers* n.º 108/2011 “Educação para os media nas sociedades (multi)mediáticas” e n.º 110/2011 “Literacia(s) e literacia mediática”, de Paula Cristina Lopes.

A um nível empírico, a investigação baseada na hipótese de que a literacia mediática dos cidadãos tem impacto relevante nas suas práticas de cidadania encontra-se ainda numa fase embrionária, tanto a nível nacional como internacional.

A nível internacional, um trabalho de investigação de referência é “Beyond cynicism. How media literacy can make students more engaged citizens”, de Paul Mihailidis (2008), no qual se avaliam práticas mediáticas e competências de literacia mediática junto de uma amostra de 239 alunos da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos.¹⁶ A nível nacional, o estudo “Literacia mediática e cidadania: Práticas e competências de adultos em formação na Grande Lisboa” (Lopes, 2014) inaugura uma linha de investigação, ao relacionar e submeter a investigação empírica a relação entre competências de literacia mediática e participação cívica.

RESULTADOS

Uma análise global dos resultados, com base numa escala de 100 pontos, permite concluir que a escolaridade e a idade são duas importantes dimensões sociográficas explicativas das competências de literacia mediática destes indivíduos.¹⁷

A análise do quadro seguinte (Quadro 13) permite verificar que, em média, à medida que o nível de ensino frequentado aumenta, aumentam as pontuações médias do desempenho dos alunos na prova de literacia mediática.

QUADRO 13

Competências de literacia mediática segundo o nível de ensino a frequentar (médias)

Nível de ensino	Média
EFA: Ensino Básico	31,22
EFA: Ensino Secundário	40,15
Ensino Superior	60,90

Pontuações médias. Escala 0-100. Fontes: Prova de literacia mediática e questionário PM&PC. Análise de variância estatística significativa ($p < 0,01$).

QUADRO 14

Competências de literacia mediática segundo a idade (médias)

Idade	Média
≤ 21	59,85
31-22	58,84
41-32	39,95
51-42	42,75
≥ 52	31,17

Pontuações médias. Escala 0-100. Fontes: Prova de literacia mediática e questionário PM&PC. Análise de variância estatística significativa ($p < 0,01$).

16 Disponível para *download* em <http://drum.lib.umd.edu/handle/1903/8301>.

17 A investigação sociológica sobre literacia já havia deixado claro que as competências de literacia tendem a ser mais elevadas entre os indivíduos com maior escolaridade e entre os mais jovens (Costa, Machado e Ávila, 2007).

Quanto à idade, a análise permite constatar que, em média, os alunos mais novos apresentam melhores classificações na prova. O quadro seguinte (Quadro 14) apresenta a média do desempenho dos alunos por escalões etários:

As maiores diferenças nas médias das classificações verificam-se essencialmente entre os alunos com idades até aos 31 anos e os seus colegas com idade igual ou superior a 52 anos.

Verifica-se que, em média, não existem diferenças relevantes entre as classificações dos alunos e das alunas que responderam à prova.

COMPETÊNCIAS DE LITERACIA MEDIÁTICA E PRÁTICAS DE CIDADANIA

Como vimos anteriormente, a integração e participação cívica, social, política e profissional dos inquiridos faz-se sobretudo em coletividades de bairro, clubes ou grupos desportivos (17,9% dos inquiridos) e em igrejas ou associações religiosas (12,8% dos inquiridos). Mas será que a participação ativa está relacionada com as competências de literacia mediática dos indivíduos? A partir da análise desta amostra, a resposta é negativa (Quadro 15).

QUADRO 15

Competências de literacia mediática segundo a integração e participação ativa (médias)

	Não fez parte, nem participou	Fez parte, mas não participou	Fez parte, e participouivamente
Participação cívica			
Associação humanitária	55,17	54,58	59,67
Movimento ambiental, ecológico, direitos animais	55,54	54,28	55,13
Associação cívica	55,84	54,19	49,92
Participação social			
Coletividade de bairro, clube ou grupo desportivo	55,89	53,97	54,21
Associação recreativa ou grupo cultural	55,40	53,32	58,39
Associação de estudantes	55,18	55,04	57,66
Igreja ou associação religiosa (*)	56,23	52,35	50,66
Participação política e profissional			
Sindicato (*)	56,02	46,35	46,96
Associação socioprofissional	55,90	49,12	55,46
Partido político	55,64	52,92	50,83

Pontuações médias. Escala 0-100. Fontes: Prova de literacia mediática e questionário PM&PC. (*) Análise de variância estatística significativa ($p < 0,05$).

Na verdade, o facto de os indivíduos fazerem parte e participarem ativamente neste tipo de organizações não parece influenciar ou determinar as suas competências de literacia mediática. Em alguns casos, a relação entre as variáveis é até negativa, como no caso da integração/participação em igrejas ou associações religiosas, partidos políticos ou sindicatos.

Esta relação inversa entre literacia mediática e contexto social e político pode estar relacionada com o perfil social daqueles que participam neste tipo de organizações (mais velhos, menos qualificados) e/ou com a escassa exigência deste tipo de competências neste tipo de organizações. Por outro lado, o carácter doutrinário deste tipo de organizações (e falamos especificamente de igrejas, partidos políticos e sindicatos) pode, de alguma forma, condicionar (no sentido de entrar em conflito) as competências de literacia mediática dos indivíduos, particularmente nas suas dimensões crítica e criativa.

Quanto a formas de (auto)mobilização política e cívica, e usando os indicadores que nos parecem mais expressivos (cinco indicadores de quatro componentes: votar, comunicar, protestar e reivindicar), nota-se uma relação positiva, embora ligeira: os resultados mostram a fraca relação entre práticas políticas e cívicas e competências de literacia mediática dos indivíduos (Quadro 16).

A relação entre competências de literacia mediática e grau de interesse pela política não é significativa, embora, em média, à medida que o interesse pela política aumenta, aumentam as pontuações que refletem as competências de literacia dos indivíduos. Esse aumento é, no entanto, muito ligeiro. Em rigor, diga-se que falamos de uma variação que atinge, no máximo, 5,8 pontos (Quadro 17).

QUADRO 16
Competências de literacia mediática segundo a automobilização política e cívica (médias)

	Nunca o faria	Nunca fez, mas poderia	Anos anteriores	Último ano
Votar em eleições (*)	42,61	53,80	53,57	56,71
Assinar petição/abaixo-assinado (*)	36,74	49,42	55,10	60,03
Participar numa manifestação (*)	53,32	55,30	53,96	61,10
Participar em fórum/grupo online (*)	47,61	56,67	55,96	62,51
Promover iniciativas cívicas/políticas online (*)	52,14	56,43	55,22	59,94

Pontuações médias. Escala 0-100. Fontes: Prova de literacia mediática e questionário PM&PC. (*) Análise de variância estatística significativa (p<0,05).

QUADRO 17

Competências de literacia mediática segundo o interesse pela política (médias)

	Muito	Algum	Pouco	Nenhum
Grau de interesse pela política	56,49	56,41	53,60	50,63

Pontuações médias. Escala 0-100. Fontes: Prova de literacia mediática e questionário PM&PC. Análise de variância estatística não significativa.

ANÁLISE DE REGRESSÃO MÚLTIPLA: PRÁTICAS DE CIDADANIA

Esta pesquisa foi orientada, desde o primeiro momento, por um objetivo muito concreto que é agora oportuno relembrar: que relação existe (se ela existe) entre literacia mediática e práticas de cidadania? Dito de uma outra forma, em que medida é que as práticas mediáticas e as competências de literacia mediática contribuem para explicar as práticas de cidadania dos indivíduos? Para dar resposta a esta questão, e dada a importância de se perceber quais os fatores que podem influenciar as práticas de cidadania, recorreremos a uma análise de regressão linear múltipla (Quadro 18). Através desta análise, tentámos perceber qual o peso relativo de alguns fatores e qual a sua correlação com algumas práticas de cidadania ativa.

Partindo da análise de componentes principais (ACP) das formas de ação política e cívica foram mobilizadas três variáveis dependentes para esta análise: ACP comunicar (criar iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social, promover iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social, contactar ou aparecer na comunicação social, participar em discussões públicas, contactar ou tentar contactar um político ou um alto funcionário do Estado), ACP protestar (recorrer à greve, participar em ações de protesto ilegais, participar numa manifestação, participar num comício ou reunião política) e ACP reivindicar (assinar uma petição ou abaixo-assinado, comprar ou boicotar produtos por razões políticas ou éticas, participar num fórum ou grupo de discussão *online*).

As variáveis independentes acionadas nesta análise dizem respeito à caracterização sociográfica do inquirido (escolaridade, sexo, idade), à caracterização de algumas das suas práticas mediáticas (práticas de leitura de livros e de jornais, de audição de rádio, de visionamento de TV, nomeadamente nas vertentes informação, entretenimento e cultura, e de navegação e utilização de internet, nomeadamente na vertentes informação e pesquisa, e edição de conteúdos), e às competências de literacia mediática (a partir de uma escala 0-100 pontos).

No quadro 18 encontram-se sombreados os resultados de variáveis independentes que se revelaram estatisticamente significativas na análise de cada ACP.

No primeiro modelo (no qual a percentagem de variação explicada pelo modelo é de 23%), os resultados mostram a existência de correlações positivas entre as formas de ação/mobilização política e cívica que compõem a ACP “comunicar” e a gestão de conteúdos (edição de imagem, de som e/ou de vídeo, construção/manutenção de um blogue ou de uma página *web*), o visionamento de géneros jornalísticos informativos na televisão (telejornais, programas de entrevista ou debate, grandes reportagens) e o número de livros impressos lidos por ano. O modelo mostra também uma correlação negativa com a frequência de visionamento de televisão: quem mais vê televisão, menos participa ativamente.

A correlação entre este tipo de práticas e o sexo dos inquiridos revelou-se também significativa: há mais homens do que mulheres a criarem ou a promoverem iniciativas cívicas/políticas num blogue ou rede social, a contactarem ou aparecerem na comunicação social, a participarem em discussões públicas, a contactarem ou a tentarem contactar um político ou um alto funcionário do Estado.

Embora não se tenha mostrado estatisticamente significativa, destaque-se a relevância da relação entre este conjunto de práticas de cidadania e a escolaridade (os inquiridos a frequentar níveis de ensino mais elevados tendem a praticar mais ações políticas e cívicas deste tipo) e a leitura de jornais (quem lê mais jornais impressos, “comunica” mais).

No segundo modelo (e sublinhe-se desde já que a percentagem de variação explicada pelo modelo é de apenas 11%), as variáveis mobilizadas que parecem estar mais positivamente correlacionadas com as formas de ação/mobilização política e cívica que integram a ACP “protestar” são a idade, o número de livros (impressos) lidos por ano e a gestão de conteúdos: os mais velhos, os que leem mais livros por ano e os que mais conteúdos gerem no seu quotidiano são os que mais protestam.

De referir ainda o peso da escolaridade e do visionamento de géneros informativos televisivos, embora não sejam variáveis estatisticamente significativas.

Quanto ao terceiro grupo de práticas de cidadania ativa, integradas na ACP “reivindicar” (e aqui a percentagem de variação explicada pelo modelo sobe para os 25%), o número de livros (impressos) lidos por ano mantém um contributo decisivo. No entanto, afirma-se que os fatores mais determinantes neste particular são a escolaridade e a idade: os inquiridos que frequentam níveis de ensino mais elevados e os mais velhos são os que mais reivindicam, isto é, são os que mais assinam petições ou abaixo-assinados, compram ou boicotam produtos por razões políticas ou éticas, e participam em fóruns ou grupos de discussão *online*.

QUADRO 18

Fatores explicativos das práticas de cidadania (regressão múltipla)

Fatores explicativos	ACP Comunicar	ACP Protestar	ACP Reivindicar
R2 (% de variação explicada)	0,231*	0,114*	0,25*
Contributo das variáveis independentes (beta)			
Gestão de conteúdos (ACP)	0,261*	0,155*	0,077
Gêneros TV: Informação (ACP)	0,210*	0,118	0,085
Leitura de livros impressos (n.º por ano)	0,167*	0,177*	0,136*
Visionamento de televisão (frequência)	-0,162*	-0,15	-0,069
Escolaridade	0,142	0,138	0,304*
Sexo	0,142*	0,043	0,098
Navegação na internet (frequência)	-0,113	-0,04	0,062
Leitura de jornais (frequência)	0,110	0,08	0,084
Utilização de internet: Informação e pesquisa (ACP)	0,080	0,003	0,115
Audição de rádio (frequência)	-0,074	0,018	-0,07
Competências de literacia mediática	0,039	0,032	0,124
Gêneros TV: Cultura (ACP)	-0,033	-0,073	-0,053
Gêneros TV: Entretenimento (ACP)	0,032	0,077	-0,039
Idade	-0,005	0,168*	0,143*

Fontes: Prova de literacia mediática e questionário PM&PC. * Análise de variância estatística significativa ($p < 0,05$).

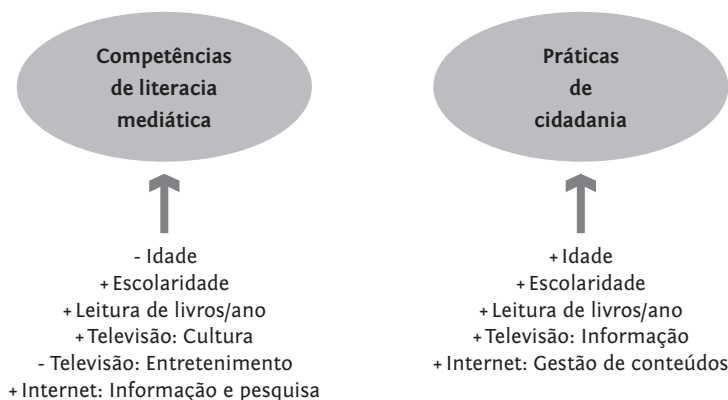
Como vimos, o número de livros impressos lidos por ano é a única variável estatisticamente significativa a integrar as três análises de regressão linear múltipla (comunicar, protestar, reivindicar), é a principal determinante das práticas de cidadania nesta amostra.

A relação entre competências de literacia mediática e práticas de cidadania revela-se surpreendente: em nenhum dos casos analisados, as competências de literacia mediática se mostraram significativas quando associadas a formas de ação/mobilização política e cívica. Realce-se que apenas na análise da ACP “reivindicar” esse tipo de competências de literacia ganha algum destaque: reivindica mais quem detém mais competências de literacia mediática.

Em síntese, apresentamos (Figura 5) os fatores explicativos das competências de literacia mediática e das práticas de cidadania que se revelaram mais significativos nesta investigação.

FIGURA 5

Síntese dos fatores explicativos de competências de literacia mediática e de práticas de cidadania



Fontes: Prova de literacia mediática e questionário PM&PC.

NOTAS FINAIS

Os resultados de “Literacia mediática e cidadania. Práticas e competências de adultos em formação na Grande Lisboa” obrigam-nos a questionar a ideia (preconcebida) de que os mais jovens e mais escolarizados são, à partida, indivíduos ativos, participativos, empenhados. Em rigor, os dados revelam que apenas uma minoria destes jovens se empenha e se mobiliza e que muito poucos são os que efetivamente usufruem das potencialidades das novas tecnologias.

Quanto a práticas de cidadania, os resultados mostram uma baixa propensão para a integração política, profissional, social ou cívica e uma baixa propensão para a (auto)mobilização política e cívica – conjunto de dados preocupante e que impõe reflexão (e ação), nomeadamente a nível de políticas públicas. Os níveis de pertença associativa são bastante baixos.

Todas as práticas são declaradas por minorias, exceto “votar” e “assinar uma petição ou abaixo-assinado” (e, neste caso, apenas por alunos a frequentar o ensino superior). Quanto a novos movimentos sociais, a maioria dos inquiridos nunca participou num fórum ou discussão *online* e nunca criou ou promoveu iniciativas cívicas ou políticas num blogue ou rede social. Em rigor, os inquiridos neste estudo não “perseguem os seus interesses” *online* ou *offline*, parecendo pautar-se pela indiferença, ociosidade e apatia política, social e cívica.

A partir de uma análise de componentes principais, e muito embora a variação seja ligeira, podemos dizer que reivindicar é a forma de mobilização

cívica com frequências médias mais elevadas. Pela associação entre escolaridade, idade e práticas de cidadania, ficámos a saber que os alunos a frequentar o ensino superior revelaram, como seria de esperar, ser um pouco mais ativos, sobretudo no que diz respeito a ações de reivindicação; os mais velhos reivindicam menos, mas protestam mais.

A relação entre competências de literacia mediática e práticas de cidadania revelou-se pouco significativa. Em relação à pertença associativa, a integração dos indivíduos não parece influenciar ou determinar as suas competências de literacia mediática. Em relação à mobilização política, social e cívica, concluiu-se pela relação não significativa entre as práticas de cidadania analisadas e as competências de literacia mediática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUFDERHEIDE, P. C., FIRESTONE, M. (1993), *Media Literacy: a Report of the National Leadership Conference on Media Literacy*, Queenstown, Aspen Institute.
- ÁVILA, P. (2008), *A Literacia dos Adultos – Competências-chave na Sociedade do Conhecimento*, Oeiras, Celta.
- BARBALET, J. M. (1989), *A Cidadania*, Lisboa, Editorial Estampa.
- BAUM, M., ESPÍRITO-SANTO, A. (2007), “As desigualdades de género na participação política em Portugal: uma perspectiva longitudinal”. In A. Freire, M. C. Lobo e P. Magalhães (eds.), *Eleições e Cultura Política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 111-156.
- BELLAMY, R. (2008), *Citizenship: a Very Short Introduction*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- BENAVENTE, A., MENDES, H. e SCHMIDT, L. (1997), “Direitos dos cidadãos em Portugal: conhecimentos e opiniões”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 24, pp. 71-114.
- BRAGA DA CRUZ, M. (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa, Bertrand.
- Brites, R. (2011), “Valores e felicidade no século XXI. Um retrato sociológico dos portugueses em comparação europeia”. Tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- BUCKINGHAM, D. (2003), *Media Education: Literacy, Learning and Contemporary Culture*, Cambridge, Polity Press.
- CABRAL, M. V. (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta.
- CABRAL, M. V. (2000), “O exercício da cidadania política em Portugal”. *Análise Social*, 154-155, XXXV (1.º), pp. 85-113.
- CABRAL, M. V., PAIS, J. M. (coords.) (1998), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta.
- CABRAL, M. V., VALA, J. e FREIRE, J. (orgs.) (2000), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- CABRAL, M. V., VALA, J. e FREIRE, J. (orgs.) (2003), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- CARVALHO, A. T. (2015), “Avaliação dos níveis de literacia mediática: estudo exploratório com adultos no mercado de trabalho”. Tese de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- CASANOVA, J. L. (2004), *Naturezas Sociais. Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.
- COSTA, A. F., MACHADO, F. L. e ÁVILA, P. (orgs.) (2007), *Portugal no Contexto Europeu. vol. II: Sociedade e Conhecimento*, Oeiras, Celta.
- DALTON, R. J. (2008), "Citizenship norms and the expansion of political participation". *Political Studies*, 56, pp. 76-98.
- DALTON, R. J. (2009), *The Good Citizen. How a Younger Generation is Reshaping American Politics*, Washington, CQ Press.
- ESPADA, J. C. (1997), *Direitos Sociais de Cidadania*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- FERREIRA, P. D. (2012), "A participação política e as possibilidades de integração emancipatória de jovens imigrantes". In I. Menezes et al. (eds.), *Agência e Participação Cívica e Política: Jovens e Imigrantes na Construção da Democracia*, Porto, Editora Livpsic, pp. 150-154.
- FERREIRA, P. M. (2008), "Associações e democracia. Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 57, pp. 109-130.
- GONNET, J. (2007), *Educação para os Media. As Controvérsias Fecundas*, Porto, Porto Editora.
- HABERMAS, J. (1997), "The public sphere". In R. E. Goodin e P. Pettit (eds.), *Contemporary Political Philosophy: an Anthology*, Oxford, Blackwell, pp. 105-108.
- HELSPER, E., EYNON, R. (2013), "Pathways to digital literacy and engagement". *European Journal of Communication*, 28 (6), pp. 1-24.
- INGLEHART, R. (1997), *Modernization and Post-Modernization*, Princeton, Princeton University Press.
- JOÃO, S. G., MENEZES, I. (2008), "Construção e validação de indicadores de literacia mediática". *Comunicação e Sociedade*, 13, pp. 55-68.
- KAASE, M. (1984), "Personalized proportional representation: the model of the West German electoral system". In A. Lijphart e B. Grofman (eds.) (1984), *Choosing an Electoral System. Issues and Alternatives*, Nova Iorque, Praeger, pp. 155-164.
- KIRSCH, I. et al. (1993), *Adult Literacy in America: A First Look at the Results of the National Adult Literacy Survey*, Washington, National Center for Education Statistics.
- LIVINGSTONE, S. (2003), "The changing nature and uses of media literacy". *Media@lse Electronic Working Paper*, 4.
- LOPES, P. (2011a), "Educação para os media nas sociedades multimediáticas". CIES e-working paper n.º 108/2011, pp. 1-30.
- LOPES, P. (2011b), "Literacia(s) e literacia mediática". CIED e-working paper n.º 110/2011, pp. 1-37.
- LOPES, P. (2014), "Literacia mediática e cidadania: Práticas e competências de adultos em formação na Grande Lisboa". Tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- MAGALHÃES, P., MORAL, J. S. (2008), "Os jovens e a política", Lisboa, Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa/CESOP, pp. 1-52.
- MARSHALL, T. H. (1950 [2009]), "Citizenship and social class". In J. Manza e M. Sauder (eds.), *Inequality and Society*, Nova Iorque, W. W. Norton and Co, pp. 148-154.
- MARTINSSON, J. (2009), *The Role of Media Literacy in the Governance Reform Agenda*, Washington, The World Bank.
- MENEZES, I. (2002), "Estudo internacional sobre educação cívica". In *Educação para os Direitos Humanos. Actas do Encontro Internacional*, Lisboa, Ministério da Educação, pp. 211-235.

- MENEZES, I. (2005), *Conhecimentos, Concepções e Práticas de Cidadania dos Jovens Portugueses: um Estudo Internacional*, Lisboa, DGIDC.
- MENEZES, I., CAMPOS, B.P. (1996), “Educação, desenvolvimento psicológico e promoção da cidadania”. *A Ciência Psicológica nos Sistemas de Formação*, SPCE, pp. 91-97.
- MENEZES, I. et al. (2005). *Conhecimentos, Atitudes e Práticas de Cidadania dos Jovens Portugueses*, Lisboa, DGIDC-ME.
- MENEZES, I. et al. (eds.) (2012), *Agência e Participação Cívica e Política: Jovens e Imigrantes na Construção da Democracia*, Porto, Editora Livpsic.
- MIHAILIDIS, P. (2008), “Beyond cynicism. How media literacy can make students more engaged citizens”. Tese de doutoramento, University of Maryland.
- MORGADO, I.S. (2010), “Cidadania”. In J.C. Correia, G.B. Ferreira e P. Espírito Santo (orgs.), *Conceitos de Comunicação Política*, Covilhã, Labcom – UBI, pp. 43-53.
- MOUZELIS, N. (2008), *Modern and Postmodern Social Theorizing. Bridging the Divide*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MOZZICAFREDDO, J. (1997), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta.
- NORRIS, P. (2002), *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PAIS, J.M. (1999), *Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*, Oeiras, Celta/Secretaria de Estado da Juventude.
- PAIS, J.M. (2005), “Jovens e cidadania”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp. 53-70.
- PEREIRA, S., PINTO, M. e MOURA, P. (2015), *Níveis de Literacia Mediática: Estudo Exploratório com Jovens do 12.º Ano*, Braga, CECS – Universidade do Minho.
- POTTER, W.J. (2001), *Media Literacy*, Thousand Oaks, Sage.
- SAULL, R. (2002), “Transforming citizenship and political community: the case of French revolutionary internationalism”. *Global Society*, 16 (3), pp. 245-275.
- SCHNAPPER, D. (1998), “Os limites da expressão ‘empresa cidadã’”. In E. Morin et al., *A Sociedade em Busca de Valores. Para Fugir à Alternativa entre o Cepticismo e o Dogmatismo*, Lisboa, Instituto Piaget.
- SILVA, S. (2010), “Teorias da conspiração: sedução e resistência a partir da literacia mediática”. Tese de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- THOMAN, E. (2003), *Skills and Strategies for Media Education*, Malibu, Center for Media Literacy.
- THOMAN, E., JOLLS, T. (2003), *Literacy for the 21st Century – An Overview & Orientation Guide to Media Literacy Education*, Malibu, Center for Media Literacy.
- TOURAINÉ, A. (1994), *Que És la Democracia?*, Madrid, Temas de Hoy.
- TURNER, B.S. (1986), *Citizenship and Capitalism: the Debate over Reformism*, Londres, Allen and Unwin.
- TURNER, B.S. (1990), “Outline of a theory of citizenship”. *Sociology*, 24 (2), pp. 189-217.
- TURNER, B.S. (1993), “Contemporary problems in the theory of citizenship”. In B. Turner (ed.), *Citizenship and Social Theory*, Londres, Sage, pp. 1-18.
- UNESCO (1982), *Grünwald Declaration on Media Education*, Grünwald.
- UNESCO (2007), *Paris Agenda – Twelve Recommendations for Media Education*, Paris.
- UNIÃO EUROPEIA (2007), *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Uma Abordagem Europeia da Literacia Mediática no Ambiente Digital* (COM 2007. 833).
- UNIÃO EUROPEIA (2008), *Conclusões do Conselho de 22 de Maio de 2008 sobre Uma Abordagem Europeia da Literacia Mediática no Ambiente Digital*.

- UNIÃO EUROPEIA (2009), *Recomendação da Comissão de 20 de Agosto de 2009 sobre Literacia Mediática no Ambiente Digital para uma Indústria Audiovisual e de Conteúdos Mais Competitiva e uma Sociedade do Conhecimento Inclusiva*.
- UNIÃO EUROPEIA (2009), *Conclusões do Conselho de 27 de Novembro de 2009 sobre a Literacia Mediática no Ambiente Digital*.
- VALA, J., CABRAL, M. V. e RAMOS, A. (orgs.) (2003), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- VALA, J., TORRES, A. (orgs.) (2006), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- VIEGAS, J.M.L. (2004), “Implicações democráticas nas associações voluntárias. O caso português numa perspectiva comparativa europeia”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 33-50.
- VIEGAS, J.M.L., SANTOS, S. (2009), “Envolvimento dos cidadãos e dos parlamentares nas associações”. In A. Freire e J.M.L. Viegas (orgs.), *Representação Política – O Caso Português em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Sextante Editora, pp. 119-143.
- WALZER, M. (1995), “The civil society argument”. In R. Beiner (ed.) (1995), *Theorizing Citizenship*, Albany, State University of New York Press, pp. 152-174.
- WELZEL, C., INGLEHART, R., DEUTSCH, F. (2005), “Social capital, voluntary associations and collective action: witch aspects of social capital have the greatest ‘civic’ payoff?”. *Journal of Civic Society*, 1 (2), pp. 121-146.

Recebido a 14-04-2014. Aceite para publicação a 31-03-2015.

LOPES, P.C. (2015), “Literacia mediática e cidadania: uma relação garantida?”. *Análise Social*, 216, 1 (3.º), pp. 546-580.

Paula Cristina Lopes » paula.lopes@ual.pt » Universidade Autónoma de Lisboa » Rua Santa Marta, 56 – Palácio dos Condes do Redondo — 1169-023 Lisboa, Portugal.
